

Cabo Verde adopta Acordo Ortográfico

Cabo Verde vai adoptar o Acordo Ortográfico a partir do segundo semestre deste ano, o qual terá uma transição entre seis e dez anos, foi hoje decidido pelo governo da Cidade da Praia

Embora sem data definitiva marcada, segundo a porta-voz do conselho de ministros, Janira Hopffer Almada (ministra da Presidência e dos Assuntos Parlamentares), o acordo deverá entrar em vigor entre Julho e Agosto, dando tempo para que os manuais para o próximo ano lectivo já contemplem as alterações.

«É nosso interesse que as novas normas sejam ministradas no ensino com carácter de tolerância», disse a ministra, explicando que durante a fase de transição não será considerado erro a escrita que não tenha em conta o Acordo Ortográfico.

O plenário do Governo aprovou também hoje um decreto-lei que institucionaliza o ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano), frisando a ministra que o alfabeto respeita as variantes da língua em cada uma das ilhas.

Salientando que a língua crioula já foi objecto de sistematização desde 1885, que foi utilizada por intelectuais durante todo o século XX, de Eugénio Tavares a Baltasar Lopes da Silva e B. Léza, Janira Almada lembrou que o ALUPEC foi consagrado como alfabeto experimental em 1998 e que no final do ano passado, durante um encontro sobre a língua cabo-verdiana, se concluiu que podia ser institucionalizado em definitivo.

A responsável salientou que o Português continua a ser a língua oficial de Cabo Verde, até por força da Constituição, mas lembrou também que há um projecto de revisão constitucional (do partido que sustenta o Governo) que prevê que o arquipélago tenha como línguas oficiais o português e o crioulo.

Segundo a ministra, será criada em breve uma instituição que vai acompanhar a implementação do ALUPEC em Cabo Verde.

O país foi dos primeiros a ratificar o Acordo Ortográfico, um documento aprovado em Dezembro de 1990 por representantes de Portugal, Brasil, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique (Timor-Leste só após a independência).

Para
vigorar tinha de estar ratificado por um mínimo de três dos oito
países, o que foi alcançado em 2006 com São Tomé e Príncipe, Cabo Verde
e Brasil, seguidos de Portugal, em Maio passado.

fonte: Agência Lusa